

# Uma batalha que teve de tudo

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional teve, na quinta-feira, uma sessão tumultuada que culminou, na madrugada da sexta, com a anulação dos votos do Senado que aprovavam a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. A batalha da obstrução, finalmente vencida pelo governo no dia seguinte, teve de tudo: peemedebistas fiéis à orientação oficial e parlamentares do PFL contrários. Os petistas denunciando fraude na eleição de Goiânia e malufistas acusando manobras do governo para baixar os preços das ações da Petrobrás.

O Senado, considerado uma Casa menos imprevisível que a Câmara, quase pôe a perder o trabalho das lideranças da Aliança Democrática. Insatisfeitos com a exclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" no texto constitucional, que resguardaria o mandato de oito anos aos eleitos em 1982, fez com que os senadores se retirassem, às 18h, impedindo a votação.

## Cardoso

O líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, 54, que atuou como negociador junto aos seus

companheiros descontentes, lançou sua candidatura para sua reeleição ao Senado por São Paulo. Perguntado se havia possibilidade de tornar-se ministro das Relações Exteriores, na vaga de Olavo Setúbal, que se candidatará pelo PFL ao governo de São Paulo, o senador afirmou que "minha intenção é disputar uma vaga no Senado. Nada de ministérios". Cardoso previa ainda que, caso a emenda não fosse aprovada, surgiria uma nova campanha pelas diretas-já.

A desconfiança de alguns parlamentares, sobre os objetivos do deputado Ulysses Guimarães, também ajudou a aumentar a confusão. Itamar Franco (PMDB-MG), Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Marcondes Gadelha (PFL-PB), diziam que o presidente do PMDB pretende a extinção do sistema bicameral com o intuito de permanecer na vice-presidência da República.

José Genoíno, líder em exercício do PT, e Nadyr Rossetti, líder do PDT, comandavam as obstruções, valendo-se do emaranhado do regimento. O líder do PTB, Gastone Righi, chegou a sugerir a exclusão dos ministros da obrigatoriedade de se desincompatibilizar. (LR)